

**PROSPECTO DE ADMISSÃO À COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE
DE 3.000.000 OBRIGAÇÕES CLÁSSICAS, ESCRITURAIS DE VALOR NOMINAL DE MT100,00**

OBRIGAÇÕES CLÁSSICAS BNI 2019

CAPITAL SOCIAL: 2.240.000.000,00 METICAIS

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE MAPUTO SOB O N.º 100170094

SEDE: AV. JULIUS NYERERE nº3504

CAIXA POSTAL 4668 MAPUTO

NUIT: 400276617



ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM:

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, S.A.

CAPITAL SOCIAL: 2.240.000.000,00 METICAIS

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE MAPUTO SOB O N.º 100170094

SEDE: AV. JULIUS NYERERE nº3504

CAIXA POSTAL 4668 MAPUTO

NUIT: 400276617

JANEIRO DE 2019

ADVERTÊNCIAS AOS INVESTIDORES

A DECISÃO DE ADMISSÃO À COTAÇÃO SIGNIFICA QUE A AUTORIDADE COMPETENTE CONSIDERA O PEDIDO DE ADMISSÃO PROCEDENTE À LUZ DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, MAS NÃO ENVOLVE POR PARTE DELA, QUALQUER GARANTIA OU RESPONSABILIDADE QUANTO À EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA ENTIDADE EMITENTE, À SUA FIABILIDADE OU À QUALIDADE DOS VALORES MOBILIÁRIOS EM CAUSA, NEM QUANTO À SUFICIÊNCIA, OBJECTIVIDADE, VERACIDADE E ACTUALIDADE NA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO PROSPECTO.

A PRESENTE EMISSÃO FOI ORGANIZADA E COLOCADA PELO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, S.A., NÃO LHE TENDO SIDO ATRIBUÍDA NOTAÇÃO DE RISCO POR UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O EFEITO.

ÍNDICE

INFORMAÇÕES PRELIMINARES	3
CAPÍTULO I – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RESPONSÁVEIS PELO PROSPECTO E PELA AUDITORIA DAS CONTAS4	
1.1. RESPONSÁVEL PELO PROSPECTO.....	4
1.2. AUDITOR INDEPENDENTE	4
CAPÍTULO II – INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADMISSÃO À COTAÇÃO E ÀS OBRIGAÇÕES QUE SÃO OBJECTO DO PEDIDO DE ADMISSÃO.....	5
2.1. FINALIDADE DA ADMISSÃO À COTAÇÃO	5
2.2. DELIBERAÇÕES, AUTORIZAÇÕES E APROVAÇÕES DA EMISSÃO.....	5
2.3. LEGISLAÇÃO DE BASE PARA A EMISSÃO E TRIBUNAL COMPETENTE.....	5
2.4. MONTANTE GLOBAL E MODO DE REPRESENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	6
2.5. MOEDA DO EMPRÉSTIMO	6
2.6. TAXA DE JURO NOMINAL E MODO DE CÁLCULO	6
2.7. DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS E PRAZO DE PRESCRIÇÃO	7
2.8. DURAÇÃO DO EMPRÉSTIMO, DATAS E MODALIDADES DE AMORTIZAÇÃO, PRAZO DE PRESCRIÇÃO DO CAPITAL, DATAS E MODALIDADE DE OPÇÕES DE REEMBOLSO	8
2.8.1. DURAÇÃO DO EMPRÉSTIMO, DATAS E MODALIDADES DE AMORTIZAÇÃO.....	8
2.8.2. PRAZO DE PRESCRIÇÃO DO CAPITAL.....	8
2.8.3. REEMBOLSO ANTECIPADO POR VONTADE DA EMITENTE (CALL OPTION)	8
2.8.4. REEMBOLSO ANTECIPADO POR VONTADE DOS OBRIGACIONISTAS (PUT OPTION)	8
2.9. DIREITO DE CONVERSÃO	9
2.10. DIREITO À SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES	9
2.11. TAXA DE RENTABILIDADE EFECTIVA DAS OBRIGAÇÕES.....	9
2.12. DIREITOS INERENTES AS OBRIGAÇÕES	9
2.13. EXERCÍCIO DE DIREITO DE TRANSMISSÃO	9
2.14. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA SUBSCRIÇÃO OU VENDA	9
2.15. REGIME FISCAL	10
2.16. GARANTIAS E CLÁUSULAS DE SUBORDINAÇÃO.....	10
2.17. REPRESENTANTE COMUM DOS OBRIGACIONISTAS	10
2.18. ADMISSÃO À COTAÇÃO	11
2.19. ADMISSÃO À COTAÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS DA ENTIDADE EMITENTE	11
2.20. OFERTAS PÚBLICAS DE TRANSACÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS DA ENTIDADE EMITENTE	11
2.21. SUBSCRIÇÕES PARTICULARES	11
2.22. OFERTAS PÚBLICAS DE SUBSCRIÇÃO.....	11
CAPÍTULO III – INFORMAÇÕES DE CARÁCTER GERAL RELATIVAS À ENTIDADE EMITENTE	12
3.1. CONSTITUIÇÃO, DURAÇÃO E OBJECTO SOCIAL	12
3.2. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	12
3.3. CAPITAL SUBSCRITO.....	13
3.4. ALTERAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL.....	13

3.5. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIRECÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DOS FUNDADORES DA ENTIDADE EMITENTE	13
3.6. REMUNERAÇÕES	14
3.7. PARTICIPAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAS NO CAPITAL	14
3.8. ESQUEMAS DE PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL NA SOCIEDADE	14
3.9. CONTROLE SOBRE A SOCIEDADE.....	14
3.10. ACÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS EM CARTEIRA.....	14
3.11. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO.....	14
CAPÍTULO IV – INFORMAÇÕES RELATIVAS AS ACTIVIDADES DA ENTIDADE EMITENTE.....	15
4.1. PRODUTOS E SERVIÇOS	15
4.2. LOCALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DOS PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS DA SOCIEDADE	17
4.3. EFECTIVO TOTAL DO PESSOAL.....	17
4.4. PATENTES, LICENÇAS E CONTRATOS DE CONCESSÃO.....	17
4.5. ACONTECIMENTOS EXCEPCIONAIS.....	17
4.6. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS	17
4.7. PROCEDIMENTOS JUDICIAS.....	18
4.8. INTERRUPÇÃO DE ACTIVIDADES	18
4.9. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	18
CAPÍTULO V – PATRIMÓNIO, SITUAÇÃO FINANCEIRA, E RESULTADOS DO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, S.A.	19
5.1. BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	19
5.1.1. BALANÇO	19
5.1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	21
5.1.3. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	24
5.2. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017.....	25
O BNI REGISTOU DURANTE OS EXERCÍCIOS ECONÓMICOS EM ANÁLISE, FLUXOS DE CAIXAS POSITIVOS, COM DESTAQUE PARA UM REGISTO DE CERCA DE 1.7 MIL MILHÕES DE METICAIS REFERENTE A FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS DEPOIS DE TER REGISTADO FLUXOS DE CAIXA NEGATIVOS NO PERÍODO HOMÓLOGO.	25
5.3. COTAÇÕES MÉDIAS DOS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELO BNI.....	27
5.4. INFORMAÇÕES INDIVIDUALIZADAS RELATIVAS AS SOCIEDADES DAS QUAIS A ENTIDADE DETÉM UMA PARTE DO CAPITAL.....	27
5.5. INFORMAÇÕES INDIVIDUALIZADAS RELATIVAS AS SOCIEDADES COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 50.00% NO CAPITAL SOCIAL DO BNI	27
5.6 DIAGRAMA REPRESENTATIVO DAS RELAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO REFERENTES AOS NÚMEROS 5.4 E 5.5.	27
5.7 EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS POR REEMBOLSAR	28
CAPÍTULO VI - PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS	28
CAPÍTULO VII – RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	32

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

a) Denominação social da entidade emitente

A entidade emitente denomina-se Banco Nacional de Investimento, S.A. (“BNI”).

b) Denominação social da entidade emitente

A entidade emitente tem o seguinte Número Único de Identificação Tributária (NUIT): 400276617

c) Menções legalmente obrigatórias nas publicações da emitente

Banco Nacional de Investimento, S.A.

CAPITAL SOCIAL: 2.240.000.000,00 METICAIS

SEDE: AV. JULIUS NYERERE Nº3504

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE MAPUTO SOB O N.º 100170094

d) Natureza do prospecto

Prospecto de admissão à cotação na Bolsa de Valores de Moçambique das Obrigações Clássicas BNI 2019, por subscrição privada.

e) Número, natureza e, valor nominal dos Valores Mobiliários a admitir

Os valores mobiliários a admitir à cotação na BVM são constituídos por 3 milhões obrigações desmaterializadas e meramente escriturais, ao portador e de valor nominal unitário de 100,00 Meticais.

f) Data da elaboração do prospecto

Este prospecto foi elaborado em Dezembro de 2018.

g) Operador de Bolsa que Patrocina o Pedido

O presente pedido de admissão à cotação na Bolsa de Valores de Moçambique é patrocinado pelo Banco Nacional de Investimento, S.A., na sua qualidade de Operador de Bolsa.

CAPÍTULO I - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RESPONSÁVEIS PELO PROSPECTO E PELA AUDITORIA DAS CONTAS

1.1. RESPONSÁVEL PELO PROSPECTO

A forma e o conteúdo do presente Prospecto obedecem ao preceituado no Decreto-Lei n.º 4/2009, de 24 Julho (Código do Mercado de Valores Mobiliários), no Regulamento n.º 1/GPCABVM/2010, de 27 de Maio (regula o Processo de Admissão à Cotação de Valores Mobiliários) e demais legislação aplicável, declarando os seus responsáveis que, os elementos neles inscritos estão de acordo com os factos e que não existem omissões que possam alterar o seu significado, responsabilizando-se assim, pela suficiência, veracidade, objectividade e actualidade das informações nele contidas à data da sua publicação.

São responsáveis pelo presente Prospecto:

- O Banco Nacional de Investimento, S.A., enquanto entidade emitente; e,
- Os membros do Conselho de Administração do Banco Nacional de Investimento, S.A.:

Presidente	Tomás Rodrigues Matola
Administrador Executivo	Abdul Bácio Daiaram Jivane
Administradora Executiva	Luísa Mário Francisco Tivane
Administrador não Executivo	Tomás Ernesto Dimande
Administrador não Executivo	Mussá Usman

1.2. AUDITOR INDEPENDENTE

Os relatórios de auditoria às demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2016 e 2017 foram realizados pelo auditor independente *Deloitte & Touche* (Moçambique), Lda. respectivamente.

CAPÍTULO II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À ADMISSÃO À COTAÇÃO E ÀS OBRIGAÇÕES QUE SÃO OBJECTO DO PEDIDO DE ADMISSÃO

2.1. FINALIDADE DA ADMISSÃO À COTAÇÃO

A presente admissão ao mercado de cotações oficiais da BVM - Bolsa de Valores de Moçambique refere-se às obrigações novas colocadas junto de investidores através de uma oferta com apelo à subscrição privada e tem em vista a sua transmissibilidade através da Bolsa de Valores de Moçambique.

2.2. DELIBERAÇÕES, AUTORIZAÇÕES E APROVAÇÕES DA EMISSÃO

A presente emissão foi deliberada pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Investimento, S.A na sua reunião ordinária realizada a 20 de Dezembro de 2018 conforme consta da Acta número 50ª.

2.3. LEGISLAÇÃO DE BASE PARA A EMISSÃO E TRIBUNAL COMPETENTE

A presente emissão está regulamentada pela seguinte legislação:

- Código Comercial de 2006 (sobre emissão de obrigações por sociedades anónimas);
- Decreto-Lei nº 1/2006 - publicado em 3 de Maio de 2006 (respeita ao registo comercial das obrigações);
- Decreto - Lei nº 4 de 2009 de 24 de Julho (Código do Mercado de Valores Mobiliários);
- Decreto-Lei n.º 42.641 de 1955 - publicado em 13 de Abril de 1963 (refere-se à necessidade de autorização para a emissão de obrigações);
- Regulamento n.º 1/GPCABVM/2010 de 27 de Maio (sobre o processo de admissão à cotação de valores mobiliários);
- Aviso nº 06/GGBM/98 do Banco de Moçambique (a respeito da supervisão bancária aquando da emissão de obrigações);
- Aviso nº 04/GGBM/99 do Banco de Moçambique e seu Anexo (sobre registo da emissão de obrigações);
- Aviso nº 05/GGBM/99 do Banco de Moçambique (sobre limites à emissão de obrigações).

- Aviso nº 05/GGBM/07 do Banco de Moçambique (a respeito da supervisão bancária aquando da emissão de obrigações).

Para eventuais litígios fica estipulado o foro do Tribunal da Cidade de Maputo, julgando-se de acordo com a Lei Moçambicana.

2.4. MONTANTE GLOBAL E MODO DE REPRESENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Emissão de 3.000.000 obrigações, ao portador, de valor nominal de 100,00 Meticais cada, com o valor global de 300.000.000,00 Meticais, por subscrição privada, com pagamento integral na data de emissão.

Trata-se de títulos desmaterializados, meramente escriturais, registando-se a sua colocação e transacção de acordo com a legislação em vigor.

2.5. MOEDA DO EMPRÉSTIMO

O empréstimo será emitido e denominado em Meticais.

2.6. TAXA DE JURO NOMINAL E MODO DE CÁLCULO

A taxa de juro nominal aplicável será: (i) fixa de 17% durante os primeiros dois pagamentos semestrais de juros e (ii) variável nos quatro últimos pagamentos semestrais.

A taxa de juro variável que remunera cada obrigação nos últimos quatro pagamentos semestrais, resultará da adição de uma margem percentual a um indexante.

O indexante da taxa que remunera cada obrigação nos últimos quatro pagamentos semestrais, será determinado pela taxa do Mercado Monetário Interbancário (MIMO).

A margem percentual a ser adicionada ao indexante que remunera cada obrigação nos últimos quatro pagamentos semestrais é de 2.75% (dois ponto setenta e cinco por cento).

Caso a taxa MIMO venha a ser extinta ou descontinuada, será utilizada o indexante da mesma natureza que em Moçambique continue a ser praticado ou divulgado. Caso essa divulgação não ocorra, ou venha a cessar será aplicado o indexante equivalente objecto de divulgação em Moçambique.

Para efeitos da determinação da taxa de juro, entende-se como dias úteis aqueles em que os bancos e mercados financeiros estejam abertos e em funcionamento em Maputo.

Os juros contar-se-ão diariamente e serão liquidados e pagos semestral e postecipadamente a partir da data de emissão. O cálculo dos juros será feito numa base de 360 dias, correspondentes a doze meses de 30 dias cada (convenção 30/360).

2.7. DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS E PRAZO DE PRESCRIÇÃO

O empréstimo remunera semestralmente os detentores das obrigações (juros), pelo que existirão, se não houver reembolso antecipado, seis (6) períodos de pagamento de juros (cupões).

Os juros contar-se-ão diariamente e vencer-se-ão semestral nos dias 30 de Julho e 30 de Janeiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento a 30 de Julho de 2019. Caso qualquer data de pagamento de juros não seja um dia útil, definido como o dia em que os bancos e os mercados financeiros estão abertos e a funcionar em Maputo, a data de pagamento dos cupões será ajustada para o dia útil imediatamente a seguir.

Em cumprimento da alínea e) do artigo 9º do Aviso 06/GGBM/98 do Banco de Moçambique, o pagamento de juros poderá ser diferido pelo emitente para a data posterior à respectiva data de pagamento de Juros, sem que tal facto constitua incumprimento.

Nos termos do Artigo 2º da Lei 3/91, de 9 de Janeiro, considerar-se-ão abandonados e perdidos a favor do Estado, os juros ou outros rendimentos quando os seus titulares ou possuidores não tenham cobrado ou tentado cobrar, ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito no prazo de cinco anos.

2.8. DURAÇÃO DO EMPRÉSTIMO, DATAS E MODALIDADES DE AMORTIZAÇÃO, PRAZO DE PRESCRIÇÃO DO CAPITAL, DATAS E MODALIDADE DE OPÇÕES DE REEMBOLSO

2.8.1. DURAÇÃO DO EMPRÉSTIMO, DATAS E MODALIDADES DE AMORTIZAÇÃO

O empréstimo tem a duração máxima de 3 anos. A amortização será efectuada de uma só vez, ao par, a 30 de Janeiro de 2022, excepto se tiver verificado o reembolso antecipado ou integral.

2.8.2. PRAZO DE PRESCRIÇÃO DO CAPITAL

Considerar-se-á abandonado e perdido a favor do Estado, o capital das obrigações quando os seus titulares ou possuidores não tenham cobrado ou tentado cobrar, ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco seu direito no prazo de cinco anos, conforme prevê o Artigo 2º da Lei 3/91 de 9 de Janeiro.

2.8.3. REEMBOLSO ANTECIPADO POR VONTADE DA EMITENTE (*CALL OPTION*)

A entidade emitente poderá efectuar o reembolso antecipado por sua vontade (*Call Option*), total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal da obrigação do presente empréstimo obrigacionista, a qualquer momento, a partir da data de pagamento do 2º cupão, mediante um pré-aviso de 30 dias aos detentores das Obrigações, através de anúncio a publicar num jornal de maior divulgação em Moçambique e através dum aviso publicado no Boletim Oficial de Cotações da Bolsa de Valores de Moçambique.

2.8.4. REEMBOLSO ANTECIPADO POR VONTADE DOS OBRIGACIONISTAS (*PUT OPTION*)

Por vontade dos obrigacionistas, poderá o empréstimo ser reembolsado total ou parcialmente, por redução do valor nominal das obrigações, a partir da data do pagamento do 2º cupão, mediante um pré-aviso de 30 dias ao emitente.

O reembolso antecipado por vontade do investidor só será possível caso se verifique incumprimento por parte do Banco Nacional de Investimento, S.A. de qualquer obrigação de pagamento emergente da presente emissão no prazo de 2 cupões. Caso esta situação ocorra, o Banco Nacional de Investimento, S.A. compromete-se a efectuar a sua publicação no Boletim de

Cotações da Bolsa de Valores de Moçambique e num jornal de maior circulação nacional, dando conhecimento desse facto e informando que, nos termos da Ficha Técnica da emissão, os titulares desta emissão obrigacionista poderão solicitar o reembolso antecipado, se assim o desejarem.

Os titulares das Obrigações Clássicas BNI 2019, que desejarem exercer a opção de reembolso antecipado, deverão comunicar a sua intenção, por carta registada e dirigida à sede do Banco Nacional de Investimento, S.A., devendo este proceder ao respectivo reembolso, após a recepção da notificação, na data de vencimento do cupão em curso.

2.9. DIREITO DE CONVERSÃO

As Obrigações Clássicas BNI 2019 não são convertíveis.

2.10. DIREITO À SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES

As Obrigações Clássicas BNI 2019 não dão direito à subscrição de qualquer tipo de acções.

2.11. TAXA DE RENTABILIDADE EFECTIVA DAS OBRIGAÇÕES

No primeiro ano a taxa de rentabilidade efectiva será de 17%, sendo que para os restantes anos o empréstimo tem um rendimento variável, tal como descrito no ponto 2.6., pelo que a taxa de rentabilidade efectiva não é determinável neste momento.

2.12. DIREITOS INERENTES AS OBRIGAÇÕES

As Obrigações Clássicas BNI 2019 não originam qualquer tipo de direitos especiais inerentes à sua propriedade, para além do recebimento de juros e do reembolso de capital.

2.13. EXERCÍCIO DE DIREITO DE TRANSMISSÃO

Não existem restrições à livre negociação das obrigações desta emissão, para além daquelas definidas pela Lei vigente na República de Moçambique.

2.14. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA SUBSCRIÇÃO OU VENDA

Não estão estabelecidas condições de exercício de direito de preferência na subscrição ou venda das Obrigações Clássicas BNI 2019, sendo as obrigações livremente negociáveis nos termos da lei geral.

2.15. REGIME FISCAL

As Obrigações Clássicas BNI 2019 estão sujeitas à legislação aplicável na República de Moçambique. De acordo com as Leis nº 33/2007 e 34/2007, de 31 de Dezembro, que vieram introduzir alterações aos Códigos do IRPS e do IRPC, aprovados pelos Decretos n.º 08/2008 e 09/2008, ambos de 16 de Abril, com excepção das entidades isentas de tributação ou das entidades com dispensa de retenção na fonte, os rendimentos de valores mobiliários que se encontrem cotados na Bolsa de Valores de Moçambique, são considerados para efeitos do cálculo da matéria colectável, sujeitos à taxa liberatória de 20% em sede de IRPS e de IRPC.

A presente cláusula constitui um resumo do regime fiscal a que a emissão está sujeita e não dispensa a consulta da legislação aplicável.

Compete ao Estado, o estabelecimento do regime Fiscal e se este proceder a sua alteração, não podem ser imputados ao Banco Nacional de Investimento, S.A. as consequências daí decorrentes.

2.16. GARANTIAS E CLÁUSULAS DE SUBORDINAÇÃO

Os fluxos de caixa gerados pela actividade do Banco Nacional de Investimento, S.A. respondem pelos compromissos assumidos no empréstimo obrigacionista. Durante a vigência do empréstimo obrigacionista, o Banco Nacional de Investimento, S.A. compromete-se a manter um valor de Capitais Próprios, incluindo a dívida subordinada e empréstimos de accionistas, sempre superior ao valor da presente emissão de obrigações.

O presente empréstimo obrigacionista não se encontra subordinado a qualquer outro empréstimo contraído pela emissão de obrigações ou a qualquer outro empréstimo contraído pelo Banco Nacional de Investimento, S.A., aplicando-se neste caso, a lei vigente em Moçambique.

2.17. REPRESENTANTE COMUM DOS OBRIGACIONISTAS

O emitente compromete-se a assegurar os melhores esforços para que se proceda à eleição do representante comum dos obrigacionistas para a emissão.

2.18. ADMISSÃO À COTAÇÃO

Será solicitada a admissão à cotação na Bolsa de Valores de Moçambique dos valores mobiliários representativos da emissão, as Obrigações Clássicas BNI 2019, logo após a data de emissão.

2.19. ADMISSÃO À COTAÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS DA ENTIDADE EMITENTE

Na presente data, o Banco Nacional de Investimento, S.A., possui cotados na BVM 5.000.000 obrigações clássicas ao portador de valor nominal de 100,00 Meticais cada.

2.20. OFERTAS PÚBLICAS DE TRANSACÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS DA ENTIDADE EMITENTE

Não se verificaram, relativamente ao exercício de 2017 e ao exercício em curso, ofertas públicas de transacção efectuadas por terceiros em relação a valores mobiliários do Banco Nacional de Investimento, S.A., nem deste em relação a valores mobiliários de outras sociedades.

2.21. SUBSCRIÇÕES PARTICULARES

No exercício de 2017 e durante o exercício em curso, não foram subscritas, ou colocadas de forma particular obrigações de igual categoria às obrigações cuja admissão à cotação é solicitada, nem foram criadas obrigações de outras categorias tendo em vista a sua colocação pública ou particular.

2.22. OFERTAS PÚBLICAS DE SUBSCRIÇÃO

No exercício de 2017 e durante o exercício em curso não se realizaram ofertas públicas de subscrição relativamente a valores mobiliários da Entidade Emitente nem ofertas públicas de subscrição efectuadas por sociedades participadas pelo Emitente.

CAPÍTULO III - INFORMAÇÕES DE CARÁCTER GERAL RELATIVAS À ENTIDADE EMITENTE

3.1. CONSTITUIÇÃO, DURAÇÃO E OBJECTO SOCIAL

O Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI) foi constituído a 14 de Junho de 2010 e tem a sua sede na Avenida Julius Nyerere, n.º3504 Bloco A2, em Maputo, Moçambique.

O BNI é um banco de desenvolvimento e de investimento tendo como objecto social o exercício da actividade bancária, compreendendo todas as operações permitidas às instituições financeiras, nos termos da lei, em particular as da banca de desenvolvimento e de investimento.

O BNI, poderá exercer igualmente outras atribuições que lhe sejam conferidas por legislação especial, bem como poderá praticar todos os actos complementares da sua actividade. Adicionalmente, por deliberação do seu Conselho de Administração, o BNI poderá nos termos dos seus estatutos e da lei participar em agrupamentos empresariais e, bem como, subscrever ou adquirir participações em sociedades de direito nacional ou estrangeiro, qualquer que seja o respectivo objecto social e ainda que sujeita a leis especiais.

O Banco Nacional de Investimento, S.A. durará por tempo indeterminado.

3.2. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

O Banco Nacional de Investimento, S.A. rege-se pela Lei das Instituições de Crédito e das Instituições Financeiras (LICSF), Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 09/2004 de 21 de Julho, pelo Decreto n.º 56/2004 de 10 de Dezembro, que aprova o Regulamento da LICSF, pela lei geral no que se refere às sociedades anónimas, pelo novo Código Comercial aprovado pelo Decreto lei n.º 2/2005 de 27 de Dezembro e, pelo Regulamento do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto - Lei nº 4 de 2009 de 02 de Junho.

Em termos gerais, a actividade da Emitente encontra-se sujeita à supervisão do Ministério das Finanças e do Banco de Moçambique, enquanto Entidade Emitente de valores mobiliários, pelo Banco de Moçambique e enquanto operador de bolsa, pela Bolsa de Valores de Moçambique.

3.3. CAPITAL SUBSCRITO

O capital social integralmente subscrito e realizado é de dois mil milhões, duzentos e quarenta milhões de meticais, representado por dois mil milhões, duzentos e quarenta milhões de acções, cada uma com valor nominal de 1,00 Metical.

3.4. ALTERAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco Nacional de Investimento, S.A. poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração e mediante parecer do Conselho Fiscal ou do accionista através da emissão de novas acções.

O BNI ainda não alterou o capital social e a quantidade e as categorias de acções que o representam.

3.5. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIRECÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DOS FUNDADORES DA ENTIDADE EMITENTE

A Assembleia Geral apresenta a seguinte Constituição:

Função	Nome	Endereço
Presidente	Mario Fumo Bartolomeu Mangaze	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Secretária	Ana Maria Alves	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2

O Conselho Fiscal apresenta a seguinte Constituição:

Função	Nome	Endereço
Presidente	Diogo da Cunha Amaral	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Vogal Efectivo	Boaventura Luis Nhacuongue	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Vogal Efectivo	Constantino Jaime Gode	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Vogal Suplente	Aminate Bachir	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2

O Conselho de Administração apresenta a seguinte Constituição:

Função	Nome	Endereço
Presidente	Tomás Rodrigues Matola	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Administrador executivo	Abdul B. D. Jivane	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Administradora executiva	Luísa M. F. Tivane	Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2
Administrador não executivo	Tomás Ernesto Dimande	Praça da Marinha Popular, Maputo
Administrador não executivo	Mussa Usman	Praça da Marinha Popular, Maputo

3.6. REMUNERAÇÕES

Nos últimos exercícios fiscais, os órgãos de administração, usufruíram das seguintes remunerações e benefícios:

Descrição	2016	2017
Remuneração de Órgãos Sociais	44.167.356,50	27.139.668,40

3.7. PARTICIPAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL

O capital social do BNI é detido integralmente (100%) pelo Estado Moçambicano através do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).

Os membros dos órgãos de administrações e fiscalização não possuem qualquer acção da sociedade emitente, nem detêm quaisquer direitos de opção sobre acções da mesma.

Não existem quaisquer transacções entre a emitente e os membros dos respectivos órgãos de administração, direcção e fiscalização, nem interesses destes em transacções extraordinárias no decurso do exercício 2017 e durante o exercício em curso.

3.8. ESQUEMAS DE PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL NA SOCIEDADE

O BNI não possui esquemas de participação do pessoal na sociedade.

3.9. CONTROLE SOBRE A SOCIEDADE

Não existem, pessoas singulares ou colectivas que, directa ou indirectamente, isolada ou conjuntamente, exercem ou podem exercer um controle sobre a sociedade para além do Estado através do IGEPE que detém 100,00% do capital social.

3.10. ACÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS EM CARTEIRA

Até a data desta emissão, o BNI não detinha acções que representem uma participação superior a 50,00% do capital social.

3.11. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

O representante da entidade emitente para as relações com o mercado é o Senhor Bento Munkuka. Para os efeitos decorrentes das respectivas funções, os seus contactos:

- Endereço: Av. Julius Nyerere, n.º 3504 Bloco A2
- Telefone: +258 84 365 8277
- E-mail: bento.munkuka@bni.co.mz

CAPÍTULO IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS AS ACTIVIDADES DA ENTIDADE EMITENTE

4.1. PRODUTOS E SERVIÇOS

O BNI, sendo Banco de Desenvolvimento e de Investimento, disponibiliza uma oferta abrangente de instrumentos de financiamento a projectos e empresas, procurando contribuir para um crescimento económico sustentável através do seu segmento de Banca de Desenvolvimento. Por outro lado, no seu segmento de Banca de Investimento, o BNI disponibiliza uma série de serviços de assessoria e aconselhamento típicos de banca de investimento, gestão de fundos e de acesso ao mercado de capitais que proporcionam aos seus clientes uma oferta alargada e singular em Moçambique.

Assim sendo o BNI, S.A. é um banco virado para duas principais vertentes:

➤ **Banca de Desenvolvimento:**

O BNI, como Banco de desenvolvimento, tem a responsabilidade de financiar projectos de infra-estruturas e inovação tecnológica nas áreas dos recursos minerais, transportes e comunicações, logística e distribuição, agricultura, energia entre outras áreas com impacto no desenvolvimento económico e social.

➤ **Banca de Investimento:**

O BNI, como Banco de Investimento, tem a função de assessorar empresas e projectos com impacto no desenvolvimento económico, visando fortalecer a capacidade de gestão empresarial, apoiar as empresas na mobilização de recursos financeiros no mercado interno e externo assim como dinamizar o mercado de capitais como alternativa de financiamento as empresas moçambicanas.

Project & Structured Finance

No que concerne ao *Project & Structured Finance*, o BNI assenta a sua actividade na estruturação de operações para projectos empresariais, intervindo desde a assessoria, até ao acompanhamento e monitorização do projecto ao longo da sua vida. Abrange adicionalmente serviços de consultoria e assessoria financeira completa e serviços de organização de financiamentos estruturados para os mais variados sectores.

As competências de *Structured Finance* desenvolvem-se essencialmente na estruturação e aplicação dos seguintes produtos: Empréstimos sindicados, *Leveraged Finance*, *Acquisition Finance*, Reestruturação de Passivos.

Corporate Finance -Assessoria

A Área de *Corporate Finance* do BNI presta assessoria em operações, que envolvem a transacção de participações no capital social de sociedades, tais como, aquisições, vendas, fusões, cisões, *management buyouts*, *leveraged buyouts*, *management buyins*, acordos de parceria, *joint ventures* e qualquer outra forma de combinação de negócios entre sociedades.

Mercado de Capitais

O BNI organiza operações nos mercados de acções e obrigações, assumindo o papel de principal conselheiro dos seus clientes para a colocação de títulos de dívida e de *Equity* nos mercados financeiros a nível nacional, proporcionando soluções de estruturação e execução de operações do mercado de capitais mediante as necessidades dos seus clientes.

Gestão de Fundos

O BNI disponibiliza serviços de gestão de fundos, montagem de carteiras e alocação dos activos de fundos próprios e de terceiros incluindo gestão activa ou passiva de entidades privadas e públicas, estruturando soluções adaptadas ao seu perfil de risco.

4.2. LOCALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DOS PRINCIPAIS ESTABELECIMENTOS DA SOCIEDADE

O BNI desenvolve todas as suas actividades correntes, no edifício sede, localizado na Av. Julius Nyerere, 3504 Bloco A2, 4668 Maputo-Mozambique.

4.3. EFECTIVO TOTAL DO PESSOAL

Nos últimos três anos (2015 -2017), o BNI apresentou a evolução no efectivo de pessoal detalhado na Tabela 1.

Área	2015	2016	2017
CE	3	3	2
Apoio	10	9	11
Suporte	21	27	27
Negócio	9	10	13
Total	43	49	53

4.4. PATENTES, LICENÇAS E CONTRATOS DE CONCESSÃO

O BNI, S.A. não tem qualquer dependência relativamente a patentes, licenças, contratos de concessão ou outro tipo de contratos que tenham uma importância significativa na sua actividade.

4.5. ACONTECIMENTOS EXCEPCIONAIS

Não se verificaram, nos últimos dois anos de actividade, acontecimentos excepcionais que tenham afectado a sociedade ou que possam vir a afectá-la significativamente.

4.6. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

A nível de investigação e desenvolvimento de novos produtos, o Banco Nacional de Investimento tem estado a desenvolver produtos adequados ao perfil dos seus clientes e às dinâmicas da economia nacional e internacional. Para tal, o BNI conta com colaboradores dotados de conhecimento técnico, experiência profissional e aposta na formação contínua do seu quadro de pessoal.

4.7. PROCEDIMENTOS JUDICIAS

Não se verificaram, nos últimos dois anos, quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais susceptíveis de ter tido, ou vir a ter, uma incidência importante sobre a situação da sociedade.

4.8. INTERRUPÇÃO DE ACTIVIDADES

Não se verificou, nos últimos dois anos, qualquer interrupção das actividades da sociedade, susceptível de ter tido, ou de vir a ter, uma incidência importante sobre a situação financeira da empresa.

4.9. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

O Banco Nacional de Investimento, S.A. comprometido com a promoção do desenvolvimento económico do país e apoio ao empresariado nacional, está constantemente empenhado em elevar o nível de qualidade dos seus serviços, tendo investido nos últimos dois anos nos activos indicados na Tabela:

Descrição	2016	2017
Imóveis	28.080,00	-
Moveis		-
Equipamento	3.901.235,06	933.919,02
Viaturas	-	5.110.000,00
Mobiliário	17.963,00	15.263,42
Equipamento informático		
Outros meios básicos	53.427,96	-
Imobilizado em curso	-	
Software	-	-
Activos intangíveis em curso	-	158.750,00
TOTAL	4.000.706,02	6.217.932,44

CAPÍTULO V - PATRIMÓNIO, SITUAÇÃO FINANCEIRA, E RESULTADOS DO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, S.A.

5.1. BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise da situação económico-financeira, patrimonial e dos resultados alcançados pelo BNI nos exercícios referentes aos anos de 2016 e 2017 pode ser observada nos mapas abaixo indicados:

5.1.1. BALANÇO

As adversidades macroeconómicas internas e externas condicionaram o desempenho do Banco no que se refere as metas de crescimento do volume de negócio, sobretudo no que tange às restrições das fontes de financiamentos para dinamizar a actividade do Banco, com maior impacto no financiamento dos projectos de investimento. Contudo, o activo do Banco registou um aumento tímido de 2%, ao fixar-se em MT 5.683,7 milhões em 2017 face a MT 5.591,2 milhões de 2016.

No que concerne ao passivo, O ano de 2017 fica marcado pela alteração dos instrumentos de financiamentos do balanço do Banco, com a mobilização de recursos consignados de parceiros de desenvolvimento, destacando-se os seguintes: (i) linha de financiamento do ICD no valor USD 20,0 milhões, (ii) linha de Agronegócio e empreendedorismo (LAE) no valor de MT 410,0 milhões (desembolsado até a data do balanço o montante de MT 155,0 milhões) e (iii) linha de financiamento do SUSTENTA no valor de MT 810,0 milhões (desembolsado até a data do balanço o montante de MT 191.988.900). A mobilização destes recursos compensou o vencimento do Papel Comercial BNI 2016 no valor de MT 1,9 mil milhões. Com efeito, o passivo do Banco cifrou-se na ordem de MT 2.633,8 milhões em 2017, perto de MT 2.759,4 milhões registado no período homólogo.

	2017	2016
Activo		
Caixa e Depósitos no Banco Central	29.225.263	297.954.244
Disponibilidades em instituições de crédito	729.711.131	48.723.053
Aplicações em instituições de crédito	1.145.364.850	-
Empréstimos a clientes	1.362.947.558	2.932.944.711
Activos financeiros disponíveis para venda	1.719.893.382	1.712.541.021
Propriedades e equipamento	427.464.326	438.224.475
Activos intangíveis	910.278	1.080.820
Activos por impostos correntes	99.801.767	57.953.353
Activos por impostos diferidos	97.478.564	64.906.890,31
Outros activos	70.942.943	36.908.545
Total do Activo	5.683.740.060	5.591.237.111
Fundos Próprios e Passivo		
Fundos Próprios		
Capital social ordinário	2.240.000.000	2.240.000.000
Resultados transitados	570.430.226	304.247.165
Reservas de justo valor	(72.117.829)	(137.927.142)
Outras reservas	123.807.572	70.564.934
Resultado do exercício	187.827.507	354.950.924
Total dos Fundos Próprios	3.049.947.475	2.831.835.881
Passivo		
Recursos de Outras Instituições de crédito	1.326.619.640	291.028.468
Recursos de clientes	213.070.777	54.164.637
Responsabilidades representadas por títulos	534.010.601	2.227.502.048
Recursos consignados	347.010.378	-
Passivos por impostos correntes	-	60.775.713
Passivos por impostos diferidos	102.890.900	60.090.777
Outras exigibilidades	110.190.285	65.839.585
Total do Passivo	2.633.792.582	2.759.401.228
Total do Passivo e Fundos Próprios	5.683.740.060	5.591.237.111

5.1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O BNI iniciou o ano numa conjuntura ainda desafiante, não obstante a tendência registada de melhoria do ambiente macroeconómico como resultado, particularmente, das medidas de política monetária e cambial tomadas pelo Banco Central em 2016. Os factores que mais influenciaram a actuação do Banco foram: (i) fraca actividade do Estado na concretização de alguns projectos-chave devido a limitações orçamentais; (ii) redução dos níveis de investimento directo estrangeiro devido à degradação da confiança na economia moçambicana e, em particular, no Governo Moçambicano; (iii) calamidades naturais, com destaque para secas e o ciclone tropical Dineo, que assolaram o sul do país; (iv) ecos da degradação do rating do país nos mercados financeiros internacionais, que influenciou a mobilização de recursos no mercado para financiar projectos de infraestruturas; e (v) cenários de elevadas taxas de juros e fraca procura, o que precipitou o encerramento de muitas empresas e/ou redução da sua capacidade de produção, comprometendo a capacidade das empresas de honrar com as suas obrigações, em particular com a banca.

Face a conjuntura operacional desafiante, o BNI manteve-se firme na busca e implementação de medidas de gestão consistentes e equilibradas visando acautelar-se e minimizar os seus efeitos, com destaque para:

- (i) Optimização da estrutura de financiamento através de mobilização de recursos de longo prazo mais sólidos e adequados para o modelo operacional da banca de desenvolvimento, tendo, neste âmbito, os capitais de longo prazo passado a representar 84% do balanço do Banco em 2017 (2016: 56%);
- (ii) Enfoque na abordagem de gestão de fundos de desenvolvimento para o apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME's), o que resultou na mobilização de linhas de Crédito junto do Islamic Corporation for the Development of the Private sector (ICD) no montante de USD 20,0 milhões, da Agência de Desenvolvimento do Vale de Zambeze no valor de MT 410 milhões e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável no valor de MT 810,0 milhões;
- (iii) Adequação de provisões para perdas de imparidade para fazer face à conjuntura do mercado, correspondendo a um custo anual de MT 81,2 milhões em 2017 (2016: MT 42,1 milhões), em linha com uma prática de gestão cautelosa, e, neste contexto, como

- reflexo das medidas que foram tomadas para responder às alterações do perfil do risco de crédito dos clientes, a imparidade cobriu o crédito total em 13% (2016: 4%);
- (iv) Reforço da solidez financeira, através da retenção de 75% dos resultados do ano de 2016, sendo que, após o cumprimento da reserva legal de 15%, o rácio de solvabilidade se fixou na ordem de 31% (2016:36%), acima dos 8% do mínimo regulamentar e os Fundos Próprios regulamentares atingiram MT 1.975,3 milhões (2016: MT 2.472,9 milhões);
 - (v) Investimento em tecnologia de informação, o que veio melhorar a eficiência em termos de segurança e flexibilidade operacional;
 - (vi) Reestruturação de financiamentos em situação de incumprimento, com vista à viabilização das actividades das empresas e, simultaneamente, à garantia do cumprimento do plano de amortização da dívida;
 - (vii) Optimização da estrutura de custos, o que permitiu o reagendamento de determinadas actividades cuja execução acompanhava o nível do volume de recursos disponíveis. Esta abordagem ditou um desvio favorável dos custos na ordem de MT 37,2 milhões, face ao período homólogo.

Embora o Banco tenha registado um conjunto notável de resultados conducentes à solidez e sustentabilidade financeira, o BNI encerrou o exercício de 2017 com um resultado líquido de MT 187,8 milhões, abaixo do valor de MT 355,0 milhões registado no período homólogo, tendo concorrido para o efeito (i) a redução da carteira de crédito na ordem de MT 1.380,5 milhões face ao período homólogo, que conjugado com o aumento do nível de crédito malparado conduziu ao decréscimo da receita com juros de crédito; (ii) operações de assessoria e estruturação financeira desfavorecidas pelo ambiente macroeconómico, sobretudo, a mobilização de recursos no mercado internacional para financiar os projectos de investimentos; (iii) impacto desfavorável da apreciação da moeda nacional para o Banco devido à posição longa em moeda externa, tendo se traduzido em perdas de reavaliação cambial na ordem de MT 64,8 milhões (2016: Ganhos de MT 104,0 milhões); e (iv) impacto do maior reforço das imparidades na estrutura de custos do Banco.

	2017	2016
	MT	MT
Juros e proveitos similares	766.548.917	655.894.289
Juros e encargos similares	(135.706.894)	(117.003.162)
Margem Financeira	630.842.023	538.891.127
Rendimentos de instrumentos de capital	15.856.870	17.289.181
Resultado líquido de taxas e comissões	50.859.268	218.403.235
Resultado líquido de operações cambiais	(73.760.795)	95.855.333
Outros proveitos e custos operacionais	(11.974.713)	(778.261)
Produto bancário	611.822.653	869.660.616
Imparidade de crédito	(73.041.534)	(42.094.665)
Imparidade de outros activos financeiros	(8.162.411)	-
Gastos com pessoal	(169.648.939)	(164.176.394)
Outros gastos administrativos	(79.015.817)	(115.135.270)
Amortizações	(16.377.791)	(22.881.135)
Custos operacionais	(346.246.492)	(344.287.464)
Resultados antes de impostos	265.576.160	525.373.152
Imposto sobre o rendimento	(77.748.654)	(170.422.228)
Impostos correntes	(98.489.293)	(137.165.606)
Impostos diferidos	20.740.639	(33.256.622)
Lucro do exercício	187.827.507	354.950.924
Outro rendimento integral		
Items que podem ser posteriormente reclassificados para resultados		
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	96.778.402	(434.837.068)
Impostos diferidos	(30.969.088)	139.147.862
Total de rendimento integral	253.636.820	59.261.718

5.1.3. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A análise dos indicadores de desempenho do Banco Nacional de Investimento, para o período de 2017 e 2016, foi elaborada com base nos seguintes rácios: rendibilidade, solvência e estrutura patrimonial, eficiência e produtividade.

5.1.3.1. Rácios de Rendibilidade

Como resultado do registo de um desempenho financeiro abaixo dos níveis registados no período homólogo, os indicadores financeiros, na sua globalidade, registaram um desvio negativo, com destaque para:

- A Rendibilidade dos Activos Médios (ROAA) cifrou-se na ordem de 3,33%, abaixo de 5,78% registado no período homólogo;
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE) fixou-se na ordem de 6,39%, abaixo de 12,59% registado no período homólogo.

Rendibilidade	2017	2016
Rendibilidade dos Activos Médios (ROAA)	3,33%	5,78%
Rendibilidade dos Capitais Médios (ROAE)	6,39%	12,59%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	10,85%	14,16%

5.1.3.2. Rácios de Solvência e Estrutura Patrimonial

Os rácios de solvência e estrutura patrimonial apresentam indicadores positivos, com destaque para o rácio de Liquidez que registou um aumento significativo devido ao aumento do volume de depósitos efectuados resultante das linhas de financiamento constituídas.

O BNI apresentou durante o exercício de 2017 um Grau de Autonomia de 53,66%, o que no geral representa um equilíbrio no que concerne as fontes de financiamento, na medida em que o Grau de Dependência foi de 46,66%.

O Rácio de adequação do capital, calculado de acordo com a Basileia II, cifrou-se na ordem de 30,86%, abaixo de 36,21% registado no período homólogo, e encontra-se em níveis confortáveis quando comparado com o mínimo de 8% exigido pelo regulador, bem como dos 9% exigido para o ano de 2018.

Solvência e alavancagem	2017	2016
Rácio de Solvabilidade regulamentar	30,86%	36,21%
Rácio de Liquidez regulamentar	224,08%	38,02%
Grau de dependência	46,34%	49,35%
Grau de autonomia	53,66%	50,65%

5.1.3.3. Rátios de Eficiência e Produtividade

O Rácio de Eficiência, medido pelos custos de transformação sobre o Produto Bancário, registou uma ligeira degradação ao fixar-se em 43,32% face a 39,59% do período homólogo. O rácio do custo com pessoal associado ao produto bancário registou um incremento na ordem dos 47%.

Eficiência	2017	2016
Margem Financeira / Activo Remunerado	13,89%	11,48%
Custos de Transformação / Produto Bancário	43,32%	39,59%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	27,73%	18,88%

5.2. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017

O BNI registou durante os exercícios económicos em análise, fluxos de caixas positivos, com destaque para um registo de cerca de 1.7 mil Milhões de Meticais referente a fluxos de caixa de actividades operacionais depois de ter registado fluxos de caixa negativos no período homólogo.

	2017	2016
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Juros, Comissões e outros rendimentos recebidos	904,293,722	1,150,431,300
Juros, comissões e outros gastos pagos	(116,726,155)	(678,565,458)
Pagamento a empregados e fornecedores	(175,318,452)	(249,964,808)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos	612,249,116	221,901,035

Variação nos activos e passivos operacionais		
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros disponíveis para venda	90,637,400	473,098,200
Crédito á clientes	1,380,464,656	(255,099,501)
Recursos de Clientes	158,906,140	(1,874,814,953)
Recursos de outras instituições de crédito	1,024,900,000	(1,393,185,000)
Responsabilidades representadas por títulos	(1,715,845,500)	2,215,845,500
Recursos consignados	347,010,378	-
Outros activos	(42,196,809)	(1,350,420)
Impostos Pagos	(176,184,451)	(113,413,953)
Imposto pago sobre juros de aplicações e AFDV	(24,851,416)	(25,983,692)
Fluxo líquido proveniente de activos e passivos operacionais	1,042,840,398	(974,903,819)
Total de fluxos de caixa líquido de actividades operacionais	1,655,089,514	(753,002,785)
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Aquisições de activos tangíveis e activos intangíveis	(6,217,933)	(6,721,311)
Perdas em abates de activos tangíveis	5,078,963	(1,775,076)
Fluxo líquido das actividades de investimento	(1,138,970)	(8,496,387)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(68,854,088)	-
Fluxo de caixa de actividades de financiamento	(68,854,088)	-
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	1,585,096,456	(761,499,172)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(27,472,509)	(29,527,964)
Caixa e seus equivalentes no início do período	346,677,296	1,137,704,432
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1,904,301,243	346,677,296
Reconciliação de caixa e seus equivalentes		
Caixa e depósitos no Banco Central	29,225,263	297,954,244
Disponibilidade sobre instituições de crédito	729,711,131	48,723,053
Aplicações em instituições de crédito excluindo juros a receber	1,145,364,850	-
Total	1,904,301,243	346,677,296

5.3. COTAÇÕES MÉDIAS DOS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELO BNI

No exercício de 2016 foram emitidas 5.000.000 Obrigações clássicas ao portador de valor nominal inicial de 100 Meticais cada, actualmente cotadas à 100.00 Meticais cada.

5.4. INFORMAÇÕES INDIVIDUALIZADAS RELATIVAS AS SOCIEDADES DAS QUAIS A ENTIDADE DETÉM UMA PARTE DO CAPITAL

O BNI, não detém participações em outras sociedades que equivalem a 10.00% do seu capital social ou 10.00% do capital social da entidade participada.

5.5. INFORMAÇÕES INDIVIDUALIZADAS RELATIVAS AS SOCIEDADES COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 50.00% NO CAPITAL SOCIAL DO BNI

O capital social do BNI, é detido em 100% pelo estado através do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).

- a) **Denominação e Sede Social da Sociedade:** Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE). Sede: Rua de Mukumbura número 363, Maputo, Moçambique.
- b) **Domínio da Actividade:** Gerir as participações do Estado de acordo com os princípios de boa governação, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.
- c) **Fracção do Capital Detido:** 100.00%.
- d) **Montante dos Débitos e Créditos com o BNI:** Não Aplicável
- e) **Montante de Compra e Venda, Royalties, Comissões Fornecimento de Serviços e subcontactos relativamente à sociedade e desta à Emitente:** Não Aplicável

5.6 DIAGRAMA REPRESENTATIVO DAS RELAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO REFERENTES AOS NÚMEROS 5.4 E 5.5.

A única relação de participação é apenas com o IGEPE com participação de 100.00% não sendo assim aplicável o diagrama.

5.7 EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS POR REEMBOLSAR

O BNI, possuía até a data da elaboração do presente Prospecto, possuía um empréstimo obrigacionista de MT 500 milhões de meticais representados por 5.000.000 Obrigações clássicas ao portador de valor nominal inicial de 100 Meticais cada.

CAPÍTULO VI - PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Em 2017 e 2018, a economia nacional continuou a enfrentar desafios significativos que condicionaram uma aceleração mais robusta, com destaque para a (i) contínua suspensão do apoio directo ao Orçamento do Estado e colecta reduzida dos níveis de impostos, situação que afectou negativamente as contas públicas e consequentemente a procura agregada, na medida em que o Estado é o maior consumidor dos bens e serviços na economia, o que condicionou o desempenho de várias unidades empresariais; (ii) redução dos níveis de investimento estrangeiro devido a degradação do *rating* do país nos mercados financeiros internacionais e; (iii) reestruturação (restrição) da política orçamental como forma de fazer face ao serviço da dívida pública considerada insustentável.

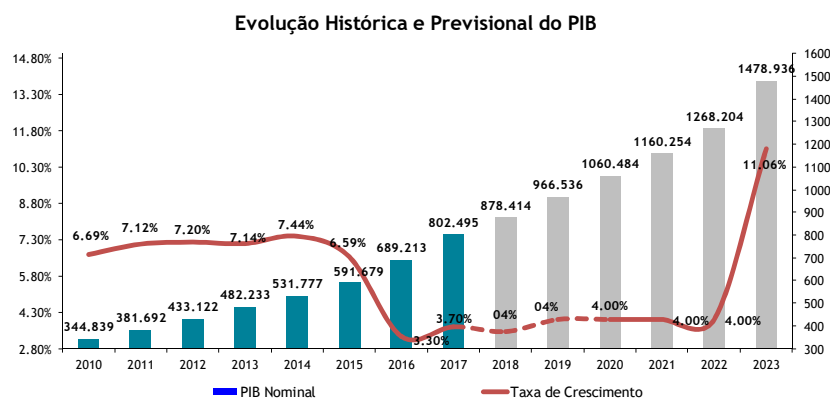
Contudo, em 2017, a taxa do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) acelerou em 40.00 pontos base face a 2016, fixando-se em 3.70% estando abaixo dos 5.50% previstos inicialmente pelo governo moçambicano. Os sinais de recuperação foram justificados pela (i) relativa recuperação dos preços de algumas *commodities* no mercado internacional, com destaque para o gás natural e alumínio; (ii) recuperação do Metical face às suas principais contrapartes; (iii) estabilidade político-militar que afectou positivamente o sector dos transportes e comunicação na medida em que permitiu devolver a livre mobilidade de pessoas e bens dentro do país e; (iv) política monetária menos restritiva implementada pelo Banco de Moçambique, materializada pelos sucessivos cortes nas taxas de política monetária, factor que estimula a queda das taxas de juro e promove o maior acesso ao crédito ampliando os níveis de investimento.

Em 2018, a economia nacional continuou com ligeiros sinais de recuperação, sendo que no segundo trimestre registou um crescimento de 3.40% relativamente a igual período de 2017. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o desempenho da actividade económica no segundo trimestre de 2018 é atribuído em primeiro lugar ao sector terciário que cresceu 3.90%,

com maior destaque para o ramo dos transportes armazenagem e actividades auxiliares dos transportes, e informação e comunicações com 2.7%.

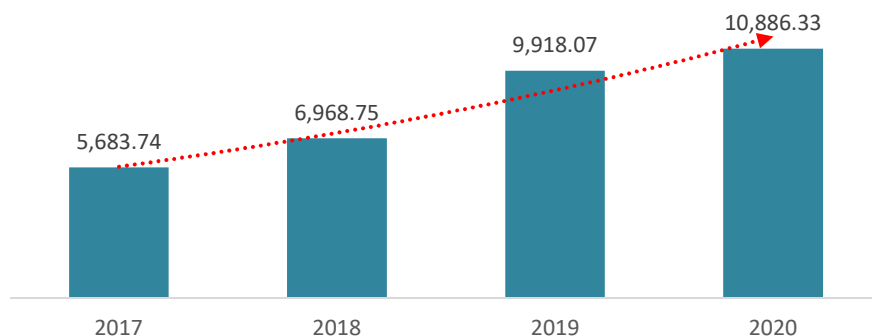
Para os próximos anos, sobretudo até 2019, espera-se que a economia continue a recuperar, embora a um ritmo moderado pelo impacto devastador da crise em 2016 e a insustentabilidade da dívida pública que poderá causar restrições no investimento público e privado.

Como forma de contornar este cenário e acelerar a dinâmica da actividade económica, de acordo com o Plano Quinquenal do Governo, prevê-se uma forte aposta pública em infra-estruturas, esperando-se até 2019 (i) aumentar a disponibilidade e o acesso à energia eléctrica com qualidade, a disponibilidade de combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento de actividades socioeconómicas, o consumo doméstico e a exportação; (ii) melhorar e expandir a rede de estradas e pontes vitais para o desenvolvimento socioeconómico; (iii) construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação; e (iv) expandir e modernizar as infra-estruturas ferro-portuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística, entre outros.



A concretização das acções estratégicas, na qual a emissão das obrigações constitui uma delas, permitirá a melhoria da robustez financeira e económica do BNI e consequente aumento da actividade bancária, pelo que se espera um crescimento do activo em 56,22%, ao sair de MT 6.968,75 em 2018 para cerca de 10.886,33 milhões em 2020.

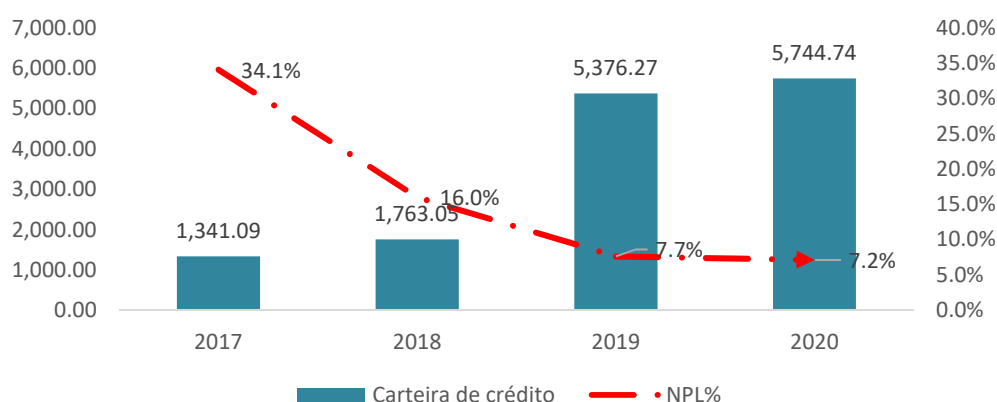
Evolução do Activo Total (Milhões de MT)



O aumento da posição financeira conduzirá ao aumento do nível de intervenção do Banco no mercado através de financiamento de projectos de investimentos, prevendo-se financiar até 2020 projectos de investimento com recurso ao balanço no valor global de MT 4.403,65 milhões, o que representa um aumento da carteira de crédito 328,36%.

Por seu turno, o crescimento da carteira de crédito, conjugado com as acções levadas a cabo, no sentido de reverter a situação dos créditos vencidos, permitirá observar a redução do NPL% ao sair de 34,10 em Dezembro de 2017 para 7,2%, correspondente a uma redução de 26,9pp.

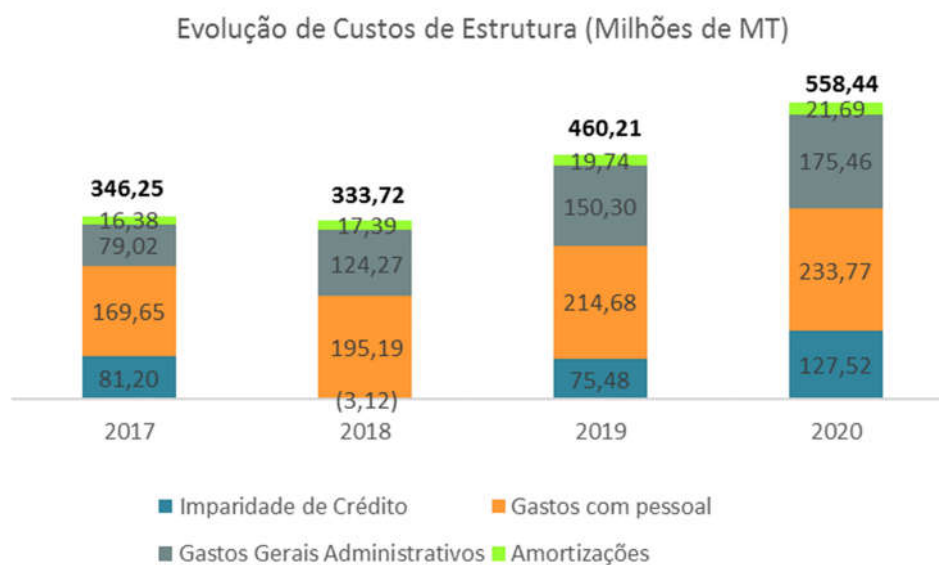
Evolução da Carteira de Crédito



Como resultado da expansão da actividade bancária em particular da carteira de crédito e expansão dos serviços de Assessoria e Estruturação Financeira espera-se que o Produto Bancário evolua a uma taxa média anual de 16,57% durante o próximo quinquénio ao sair de MT 611,82 milhões em 2017 para MT 950,07 milhões em 2020.



Dada a expectativa da expansão da actividade bancária espera-se que os custos de estrutura expandam, porém, a administração do BNI continuará a garantir uma maior eficiência destes custos.



CAPÍTULO VII - RELATÓRIO DE AUDITORIA

Reproduz-se em Seguida o teor das Auditorias Independentes às Demonstrações Financeiras do Banco Nacional de Investimento, S.A., para os Exercícios de 2017 e 2016:

EXERCÍCIO ECONÓMICO 2017:



Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Av Zedequias Manganhela 267
Edifício JAT IV 5º Andar

Tel: +258 21320955 / 21430594
Fax: +258 21429163
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AOS ACCIONISTAS DO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, S.A

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Nacional de Investimento, S.A, conforme páginas 5 a 58, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5 683 740 060 meticais e um total de fundos próprios de 3 049 947 475 meticais, incluindo um resultado líquido de 187 827 507 meticais), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Nacional de Investimento, S.A, em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na *secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matéria relevante de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Matéria Relevante	Síntese da resposta do auditor ao risco de distorção material avaliado
<p>Determinação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda</p> <p>A gestão recorre a julgamentos significativos na determinação e reconhecimento do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda. Desta forma, o reconhecimento do justo valor dos activos disponíveis para venda é considerado matéria relevante.</p> <p>O Banco determina o justo valor dos activos disponíveis para venda recorrendo o método da curva da taxa de juros. Os principais elementos que impactam o cálculo de juros são as cotações disponíveis no mercado e as datas de vencimento dos instrumentos financeiros. A partir deste conjunto discreto de dados, construiu-se uma curva que</p>	<p>Avaliamos a competência, capacidade e objectividade do pessoal interno envolvido no cálculo do justo valor e verificamos suas qualificações. Confirmamos que a abordagem utilizada é consistente com as IFRS e a prática no sector bancário.</p> <p>Avaliamos o julgamento da gestão especificamente o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A adequacidade do modelo usado pela gestão, e • Os principais pressupostos do modelo. <p>Comparamos os principais elementos do modelo com os dados disponíveis mercado de modo a confirmar a</p>

<p>aproximadamente se ajuste nos dados observados, usando técnicas de interpolação.</p> <p>Nota 2.1.2 das demonstrações financeiras, estimativas e julgamentos e Nota 15 Activos financeiros disponíveis para venda.</p>	<p>adequacidade do julgamento da gestão.</p> <p>Efectuamos uma análise de sensibilidade sobre os pressupostos significativos para avaliar a extensão do impacto sobre as demonstrações financeiras.</p> <p>Adicionalmente, comparamos o relatório do justo valor com os registos contabilísticos de modo a assegurarmos a exatidão e plenitude dos mesmos.</p> <p>Com base nos procedimentos executados, concluímos que o modelo usado é apropriado e o valor corrente dos activos disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2017 foi razoavelmente determinado.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão conforme o requerido pelo código comercial em vigor em Moçambique, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 20 de Março de 2018



Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada
Auditores certificados 09/SCA/OCAM/2014
Jacinto Delgado
Partner
Auditor certificado 91/CA/OCAM/2017

A seguir segue abaixo o relatório de auditoria referente ao exercício económico de 2016.



Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche (Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration N°: 5917
Av. Zedequias Mangochi 267
Edifício JAT IV 5º Andar

Tel: +258 21320955 / 21430694
Fax: +258 21429153
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AOS ACCIONISTAS DO BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, S.A

Opinião

Auditámos as demonstrações Financeiras anexas do Banco Nacional de Investimento, S.A, conforme as páginas 5 a 53, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5 591 237 111 meticais e um total de fundos próprios de 2 831 835 880 meticais, incluindo um resultado líquido de 354 950 924 meticais), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e às notas anexas as demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Nacional de Investimento, S.A, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC - International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Matéria Relevante	Síntese da resposta do auditor ao risco de distorção material avaliado
<p>Determinação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda</p> <p>A gestão recorre a julgamentos significativos na determinação e reconhecimento do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda. Desta forma, o reconhecimento do justo valor dos activos disponíveis para venda é considerado matéria relevante.</p> <p>A Instituição determina o justo valor dos activos disponíveis para venda recorrendo o método da curva de taxa de juros. Os principais elementos que impactam o cálculo de juros são as cotações disponíveis no mercado e as datas de vencimento dos instrumentos financeiros. A partir deste conjunto discreto de dados, construiu-se uma curva que aproximadamente se ajuste nos dados observados, usando técnicas de interpolação.</p> <p>Nota 2.1.2 das demonstrações financeiras, estimativas e julgamentos e Nota 15 Activos financeiros disponíveis para venda.</p>	<p>Avaliamos a competência, capacidade e objectividade do pessoal interno envolvido no cálculo do justo valor e verificamos suas qualificações. Confirmamos que a abordagem utilizada é consistente com as IFRS e a prática no sector bancário.</p> <p>Avaliamos o julgamento da gestão especificamente o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A adequacidade do modelo usado pela gestão, e • Os principais pressupostos do modelo. <p>Comparamos os principais elementos do modelo com os dados disponíveis mercado de modo a confirmar a adequacidade do julgamento da gestão.</p> <p>Efectuamos uma análise de sensibilidade sobre os pressupostos significativos para avaliar a extensão do impacto sobre as demonstrações financeiras.</p> <p>Adicionalmente, comparámos o relatório do justo valor com os registos contabilísticos de modo a assegurarmos a exactidão e plenitude dos mesmos.</p> <p>Com base nos procedimentos executados, concluímos que o modelo usado é apropriado e o valor corrente dos activos disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2016 foi razoavelmente determinado.</p>

Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e a mensagem do presidente, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a instituição ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Instituição.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciam decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

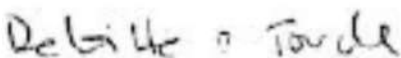
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade
 - Avaliar-nos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela gerência.
 - Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Nos termos do artigo 77 da lei 15/99 de 1 de Novembro de 1999 e para além das matérias relevantes acima indicadas, relatamos que no decurso da nossa auditoria não tivemos conhecimento de infrações graves às normas legais e regulamentares relevantes que tenham sido praticadas pela Instituição.

Maputo, 17 de Março de 2017



Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada
Representada por Jacinto Delgado
Engagement Partner